



Uma "CONVERSA EM FAMÍLIA" OU

O MITO DA DIFICULDADE DE IMPROVISAR.

O Sr. Professor Marcello Caetano faz, no dia 19 de Junho de 1969, através da T.V. e da Rádio, a 4ª comunicação ao País inserida na série intitulada "Conversa em Família".

Esta comunicação tem aguardada com interesse não só pelos estudantes como por todo o cidadão nacional que já se apercebeu de importância capital dos acontecimentos que ocorrem em Coimbra desde 17 de Abril de ano corrente. Estudantes, Professores e País aguardavam ansiosamente uma tomada de posição concreta que dando justiça a quem a tem, permitisse normalizar rapidamente uma crise que imporia graves prejuízos pessoais, familiares e nacionais.

A verdade, porém é que tal não sucedeu.

O Sr. Professor Marcello Caetano preferiu tocar generalidades acerca dos movimentos estudantis mundiais e, com base na sua lição, reformular alguns dos mitos com que se doutrina a opinião pública nacional.

Como acreditamos que escrever não constitui um "acto de violência" e como acreditamos que as autênticas "conversas em família" impõem que todos participem nelas (sob pena de se transformarem em monólogos de velhice autoritária ou demasiado paternal) sentimos que nos assiste o direito de entrar na conversa, desejando mesmo que ela se alargue a todos os que interessam pelo seu tema. Como, porém, continuam a recusar-nos o acesso aos órgãos de informação só nos resta continuar a escrever e comunicar.

O Senhor Professor Marcello Caetano afirmou que, para ele, o primeiro problema interno nacional é o da Educação.

Ninguém, actualmente, ousa negá-lo embora, na prática, certas autoridades responsáveis não lhe dediquem a atenção que a sua importância exige e que, por palavras, proclamam.

Com efeito, a sua importância deriva, desde logo, de amplitude humana, individual e social, do objectivo último deste sector público. O Prof. Marcello Caetano assinala-lhe o fim de "formar homens válidos para enfrentarem os desafios da comunidade nos tempos futuros o que implica a formação do carácter e da consciência cívica, a preparação física e a aprendizagem das noções e técnicas essenciais". Porém, mais do que "formar", o que faz desconfiar das célebres pedagogias da mentalização de jovens na busca dos homens-convenientes a continuidade, a educação deve antes facilitar a completa realização da personalidade humana, não na aprendizagem das noções e técnicas essenciais ao regime mas essenciais a um homem indivisível que como trabalhador, cidadão, artista e intelectual aprende a servir a sociedade na busca da verdade. A educação mais do que "modelação formativa" de homens no barro dos conhecimentos oficiais de ser um protesto da inteligência humana; um protesto impregnado de fé no homem, na sua capacidade de libertação, da realização das suas potencialidades integrais, ao serviço da comunidade nacional e internacional. Este objectivo último da educação impõe-se cada vez mais internacionalmente como objectivo universal.

Este é esse entendimento básico da missão suprema da educação como sector público. Nós o elaborámos com fé no homem e originamo-lo em ideal social no curto espaço de tempo de uma revelação de consciência ética. Daí que a nossa reivindicação de um novo conteúdo de ensino não exigia tempo e dinheiro mas apenas adesão aos mais nobres ideais da Humanidade. O tempo e o dinheiro gastos em matérias, em propagandas e mentalizações que "formam" o homem conveniente ao regime darão bem para actuar os novos princípios pedagógicos. Há apenas que alterar pensamentos e palavras com a certeza de um aproveitamento generalizado e produtividade amplificada pois, ensino, que chega a todos para o benefício de todos, tem a rentabilidade do entusiasmo que elimina o fardo do sacrifício a quem se sente utilizado como instrumento de privilegiados.

Esta reformulação de bases de pensamentos constitui um dos nossos pontos reivindicativos. Mas não só, como é evidente.

O Prof. Marcello Caetano o reconhece ao afirmar "é inegável que as deficiências do ensino existem". Na verdade, elas são por demais evidentes para que possam honra-

mente, ser ignoradas por quem quer que seja.

Há muitos anos que os estudantes procedem à sua análise e propõem soluções. Há muitos anos que os estudantes escutam discursos, embora em estilo literário diferente, onde tais deficiências são reconhecidas e onde se propõe como paliativo o passo de tartaruga da reforma a realizar futuramente. Há muitos anos que tudo continua na mesma. E, não obstante, a própria conquista dos espaços deixado de ser, há longos anos, um impossível humano ainda hoje nos continuam a dizer que aqui em Portugal é difícil improvisar. Nós, porém, que temos fé no Homem sabemos que isso não passa de um mito criado para eterno descanço dos comodamente instalados na vida. E podemos prová-lo.

Com efeito, ocorre perguntar: as reivindicações históricas dos estudantes portugueses serão efectivamente uma utopia do presente?

Analisaremos o problema, em primeiro lugar, em relação aos pontos reivindicativos que dizem respeito à situação social do estudante.

Nós dizemos:

a) "os nossos estudos realizam-se num divórcio completo da vida activa e da actuação social e política.

Deverá definir-se uma nova pedagogia que assegure desde o início ao estudante a sua participação na sua formação, os trabalhos de equipe e acção colectiva, a sua actuação criadora, a sua curiosidade intelectual com vista a um ensino humano e concreto, reflectido e dialogado?

Ora tal não nos parece incompatível com a "propaganda da pobreza económica" de Portugal!

Tal não se faz porque não se quer, não porque não se possa. Por isso acreditamos que não é o obstáculo das coordenações prioritárias que se opõe à satisfação desta nossa reivindicação. O que se opõe é sim a defesa de um estado de espírito de opinião publica favorável ao "statu quo".

b) "As estruturas do ensino nacional não nos dão possibilidades de participação, nem experiência de autonomia e cogestão. O estudante limita-se a suportar o paternalismo docente e governamental, a ser vítima do monólogo magistral e autoritário, a ser julgado por métodos de exames que deturpam a sua personalidade."

Os estudantes reivindicam participação nas estruturas universitárias. Ora não vemos como a valorização e dignificação dos representantes dos cursos e respectivas juntas de Delegados, a representação dos estudantes nos Conselhos Escolares e no Senado Universitário, a criação de comissões paritárias de alunos e professores sejam reivindicações cuja satisfação seja incompatível com o "equilíbrio orçamental". Um decreto, um regulamento que, finalmente, reconhecessem e regulamentassem o nosso direito de participação nas estruturas universitárias custaria apenas um pouco de tinta e de papel, muito inferior aliás ao que, actualmente se gasta no tribunal de Coimbra e na Direcção da Polícia Judiciária.

Chamar representantes eleitos dos estudantes a fim de participarem na Comissão da Reforma do Ensino Nacional custaria muito menos do que chamar batalhões de G.N.R., da Polícia de Choque e da P.S.P. suportando todo um aumento de despesas em ajudas de custo, material e gasolina.

Permitir que os estudantes participem nas inaugurações dos edifícios universitários que lhes são especialmente destinados custaria muito menos do que suportar todo o risco de uma crise tão inevitável quanto previsível.

c) "Divulga-se e favorece-se a ideia de que o estudante é um parasita económico, dando-lhe um sentimento de culpa, ou obrigando-o, numa sublimação de defesa, à vaidade indiferente e insultuosa dos privilegiados. O estudante verdadeiramente não tem direitos nem responsabilidades sofrendo com o anátema de irresponsável e imaturo".

Ora, que saibamos a reposição no plano justo da utilidade social do estudante, da sua qualidade de sujeito de direitos e de obrigações, da sua idoneidade e maturidade só tem um custo -- o custo da verdade, do direito e da moral pedagógica. Se bem nos parece mostrar ao país a verdadeira face dos estudantes, a justiça das suas reivindicações, o civismo das suas formas práticas de actuação em nada lese os interesses patrimoniais do contribuinte nacional. Bem pelo contrário parece-nos que o contribuinte que paga para ser informado tem direito não à informação

parcial e tendenciosa mas sim a uma informaçao cabal e plena.

d) "O estudante encontra-se isolado - todas as suas tentativas no sentido de ser reconhecido e estimulado o seu direito de associaçao tãem deparado com toda uma legislaçao abortiva e asfixiante, com todo o zelo obediente e fiscalizador das autoridades acadêmicas".

Ora, se bem nos parece, custaria muito menos a elaboraçao definitiva de uma legislaçao que garantisse aos estudantes, de forma autêntica, a titularidade e o exercicio dessa direito inviolavel do que todo um cortejo historico de dissoluçoes, comissões administrativas, suas pensões e alteraçoes de estatutos; custaria muito menos do que manter uma insatisfaçao qua, renascendo e avolumando-se, após cada repressao, origina, periodicamente, crises de tao graves consequencias.

Desta forma, uma vez mais, não vemos como o reconhecimento de um direito exige a abertura de novos verbos orçamentais. O que ele exige é sim a abertura do espirito dos nossos legisladores aos mais nobres principios que garantem os direitos inviolaveis do ser humano.

Analisaremos agora o problema em relaçao à crise da Universidade.
Nós dizamos:

a) "A organizaçao hierárquica e burocrática das estruturas universitárias permitem que as decisoes emanem do alto da pirâmide, ignorando aspiraçoes da base e originando monólogos directivos".

Ora reivindicar a eliminaçao da burocracia é contribuir para a eficiência e rentabilidade dos serviços, no poupar do tempo e na supressao de gastos supérfluos. Sem dúvida, é soluçao mais económica do que mobilizar empregados, pagando-lhe horas extraordinárias, para efectivaçao de todo um processo de chamadas anormais, para elaboraçao de livres-trênsitos de acesso à cidade universitária, a faculdades e exames.

Reivindicar a participaçao dos estudantes nos orgaos do Governo da Universidade implica a valorizaçao legítima do corpo maioritario e justificador da instituicão universitaria e o seu custo é apenas o de suportar a representatividade e o caracter electivo da quem se quer participante e por certo não dispõe à arbitraçao do que convém ao eterno duarmano d. cartamandarin.

Igualmente reivindicamos a possibilidade do diálogo paritário, e igualmente nos parece que, ao reivindicá-lo, estamos a optar pela soluçao mais económica. Com efeito, duas horas de conversa humana custam menos do que duas horas de patrulhamento policial constante, do que toda uma intrangigência repressiva que poupa no Ministério da Educação, para gastar nos Ministérios do Interior e da Justiça. Por tudo isto não nos parece que o esforço económico português tenham alguma coisa que ver com a satisfaçao das reivindicaçoes que visam eliminar o burocratismo funcional, o mandarinato autoritário e o monólogo repressivo. Mais do que as reservas dos bancos a tal se opõem as reservas dos que temem os abalos das suas posiçoes.

b) "Alguns professores catedráticos, proprietários vitalícios de sua cátedra, agem muitas vezes, mais como proprietários do que como professores, trabalhando mais na valorizaçao do seu nome do que na valorizaçao dos seus alunos, do ensino e do homem português".

Ora, os estudantes portugueses exigindo que eles cumpram os seus autênticos deveres de professores, e de homens, nada exigem que lesse o patrimonio nacional

Nós apenas exigimos que eles não se limitem a funcionar mas produzam como professores, e como homens, e como tais contribuam para o progresso do ensino. Não é, pois, a nossa reivindicaçao que é incompatível com a economia nacional. Incompatível é sim ganhar como funcionário sem cumprimento da missao e honrar-se como professor sendo apenas funcionário. Incompatível com a economia nacional é sim o fraco rendimento de quem não ensina mas serve, de quem não serve porque não ensina.

c) "O Reitor e os Directores de Faculdade não são escolhidos pela Universidade uma vez que à sua designaçao é estranho o voto da professores e estudantes. Eles são, pura e simplesmente, da nomeaçao governamental pelo que a sua representatividade é mera fachada a encobrir o servilismo dos obedientes e a destruir a autonomia universitária".

Ora, nós reivindicamos a possibilidade de o Reitor e o Director serem livremente eleitos pelos estudantes e, que sabemos, a consagraçao de tal direito de eleicão tem apenas o custo da sua consagraçao nos diplomas legais. Aliás, a consagraçao de tal principio parece-nos muito mais económica pois, não só ela exige o rendimento autêntico, de funções desprestigiadas como também, protegendo verdadeiros representantes pelo respeito e admiraçao dos que representam, eliminará os actuais pagamentos a denunciante, o recurso a toda uma protecçao policial e ao prestígio forjado de toda uma pompa catedrática.

Uma vez mais os obstáculos não são da ordem orçamental

d) "A Universidade deve ser autónoma ao serviço da liberdade de aprender e de ensinar como garantia mínima da busca da verdade".

Ora, a satisfação desta reivindicação só tem um custo - aceitar trocar a propaganda política pela propaganda da verdade. É, se bem nos parece, a mais económica do que gastar verbas incalculáveis em cordões policiais que, cercando a Universidade, impedem que as humanas entrem e as verdades saiam.

e) "O País necessita de uma Universidade Nova que, servindo-o, se integre nas verdadeiras necessidades sociais".

Uma vez mais estamos em face de uma reivindicação que mais do que dinheiro exige mentalidades dispostas a, efectivamente, enriquecer o homem e a Nação portuguesa, mentalidades dispostas a trocar um luxo feudal, que os servos não podem suportar, por um autêntico serviço público que a todos beneficiará.

f) "Nós pretendemos que o ensino seja um bem democraticamente colocado ao alcance de todos, sem distinção de classes ou de recursos económicos, sem que existam quaisquer processos discriminatórios...".

Este nosso ponto reivindicativo, a democratização do ensino, exige efectivamente toda uma alteração de estruturas, toda uma criação de novas unidades de ensino, de novos professores, o que, sem dúvida, exige um aumento de despesas. Porém, a formulação desse objectivo permitirá, desde já, um trabalho preparatório, uma estruturação preliminar para a qual serão suficientes os gastos supérfluos desperdiçados com todo o sistema repressivo, com toda uma série de despesas sem qualquer carácter reprodutivo. Aliás, certas carências actuais podem ser, desde logo atenuadas pelo entusiasmo das novas mentalidades postas ao serviço do homem português. Se nos permitirem nós, estudantes universitários, estamos dispostos a invadir os nossos campos e as nossas fábricas para trabalhar na valorização educativa da criança e do homem português. E, note-se bem, esta reserva de trabalho educativo não exigirá vencimentos nas épocas autorização.

Resta-nos, finalmente, analisar o problema relativamente aos pontos reivindicativos que geraram a solidariedade magnífica de toda uma Academia a partir de 17 de Abril.

Nós dizíamos:

a) "Os estudantes tinham o direito de fazer ouvir a sua voz por intermédio do seu legítimo representante na inauguração do edifício da Secção de Matemáticas".

Nós dizíamos-lo, e dizemo-lo, com a certeza de que tal não é incompatível com outra pobreza nacional que não seja a pobreza de espírito democrático das nossas autoridades. Que nós saibamos nenhum de nós reivindica ajudas de custo para que os estudantes possam participar nas inaugurações nem levamos dinheiro pelos nossos discursos.

b) "As autoridades académicas negando um dos mais elementares direitos dos estudantes originaram toda uma crise de que só elas são responsáveis".

Acceptar as verdadeiras responsabilidades e demitir um Rector, que, aliás, só se salvaguarda como símbolo de disciplina do terror, teria sido muito mais económico do que paralizar e encerrar a Universidade, do que punir e mobilizar centenas de estudantes que, constituindo o escol da Universidade, constituem o verdadeiro capital humano cuja salvaguarda merecia efectivamente sacrifícios.

c) "As suspensões aplicadas aos oito dirigentes, independentemente de culpa formada, e de conclusão de qualquer inquérito, implicando prejuízos imediatos, eram não só ilegais como ilícitas".

Os estudantes reivindicaram o seu levantamento, e, que nos parece, isto só tinha um custo - o da reposição da legalidade e da justiça, o de cessar a intransigência e possibilitar o diálogo. Teria sido muito mais económico do que pôr em dúvida a solidariedade de uma Academia e pôr em risco toda uma época de exames já bem próxima. E não estamos sózinhos neste entendimento pois assim o entendeu também a previsibilidade ponderada de 151 professores desta Universidade que propondo uma diligência, mais não pretendiam do que evitar, com justiça, uma crise cuja inevitabilidade era patente.

d) "Desde 17 de Abril o Ministro da Educação nada mais fez do que interromper, de tempos a tempos, o seu silêncio distante e imperial com a emissão de notas cujo carácter tendencioso e propagandístico era desmistificado pela boa fé dos testemunhas presenciais de toda a crise. Durante toda a crise o Ministro da Educação Nacional foi fiel à sua intransigência de poder, foi fiel à máxima autoridade da qual o poder não dialoga mas decide".

Porém, continuar essa intransigência para salvaguardar erros do Ministro, porque a sua situação não é invejável, parece-nos que é tornar esta ainda menos invejável, pois, c

no o proprio Prof. Marcello Caetano reconhece a intrensigencia endurece posicoes e dificultando o dialogo agrava as crises e aumenta os custos. Mas se se optar pela defesa do prestígio de quem manda, então não nos parece pouco invejável a situação do Ministro da Educação Nacional, pois este deferirá a solução dos seus problemas ao Ministro do Interior e ao Ministro da Justiça. Quando muito, pouco invejável será a situação destes Ministros e muito menos invejável a situação do estudante português.

Como o tempo, também, não nos dá para uma análise mais completa do problema terminamos aqui a análise do mito de que a propagandada pobreza de Portugal impede a satisfação das mais elementares reivindicações. Mito esse que importe destruir de vez a fim de alindar toda a epatia conservadora e todo o fatalismo africano de um Povo que se esquece das suas próprias potencialidades e ignora os seus próprios direitos.

O Prof. Marcello Caetano, com o fim de ilustrá-lo, serviu-se dos exemplos da construção dos edifícios e da formação dos professores que, respectivamente, desde a pedreira à inauguração, desde a formatura à cátedra demoram, segundo ficámos a saber, dezenas de anos. Recorremos por isso que a opinião pública ficasse pensando que os estudantes universitários apenas reivindicam novos edifícios e mais professores... Por isso voltámos a fazer algumas das nossas reivindicações que recordam que a nossa luta é, essencialmente, travada em benefício do Povo Português. E porque estamos conscientes das carências e necessidades de uma Nação com tão elevado índice de analfabetização e de discriminação básica em matéria económica, higiénica, sanitária, alimentar, habitacional, etc., não podemos deixar de reconhecer que a democratização do ensino assume um carácter prioritário tão flagrante que se torna uma reivindicação a satisfazer sejam quais forem os encargos económicos. Se ela exige novos investimentos, se ela exige imaginação que supere as dificuldades da improvisação, a verdade é que os sacrifícios do Povo Português exigem a reformulação das prioridades orçamentais.

Fomos mais longa na nossa análise para não iludir as pessoas de boa fé que, sendo a maioria, facilmente verificarão que a natureza do nosso movimento em nada dificulta a situação particular do Povo Português e, mesmo que dificultasse, esse dificuldade exigiria todos os esforços para seu próprio benefício.

O nosso movimento está claramente definido e dirigentes que enunciam as reivindicações sentidas por aqueles que representam, na base dos princípios éticos fundamentais, não são dirigentes que "exploram as paixões e os entusiasmos juvenis", mas dirigentes que cumprem o dever inalienável de bradar bem alto o que lhes é mandado pelos sentimentos colectivos.

Não podemos admitir assim que se veja nisso uma forma de "manobrar a juventude para tendências sociais anarquizantes". Neste ponto parece-nos sim que apenas honramos o nosso dever de honrar os mais nobres ideais, ao contrário de certos dirigentes que instigam uma juventude a atirar-se-lhes, que lhes ensinam o desrespeito pelas leis das sociedades em que vivem, que exploram as suas dificuldades económicas, que lhes mostram que o egoísmo é mais "lucrativo" do que a solidariedade, que os aconselham à delação e à denúncia propiciando a divisão e o ódio... Estes é que "com subtilhabilidade manobram no sentido mais favorável" já não dizemos "a tendências político-sociais anarquizantes" mas a tendências minoritárias de mesquinho, grosseiro e reaccionário individualismo.

Surprende-nos igualmente que o Governo a que preside o Prof. Marcello Caetano o qual não admite "o regresso a formas primitivas de confrontação de interesses" tenha posto a força das suas autoridades e a autoridade das suas forças ao serviço dos "contestadores" da solidariedade, dos "contestadores" minoritários dos nobres ideais de toda uma juventude, dos "contestadores" que de má fé e "politicizados" em benefício próprio quizeram impor a sua lei sem acatar as leis da Academia. Por isso, e porque a situação de Portugal, país sub-desenvolvido ou em vias de desenvolvimento, é muito diferente da de uma França fortemente industrializada e tecnocratizada, pensamos que de duas uma - ou o Senhor Prof. Marcello Caetano quis criar um mito de comparação para assustar a província; ou então referia-se, não à contestação como forma de criticar o tecnocratismo do desenvolvimento industrial mas à contestação como forma de impedir o progresso e favorecer políticas reaccionárias. O ponto é duvidoso. No entanto, como as únicas "desordens" que houve em Coimbra forem provocadas por traidores que, de pistola em punho ou de ugoísmo na alma, ameaçaram e insultaram a dignidade de toda uma Academia consciente, como foram os traidores que provocaram o aparecimento das forças da ordem para proteger quem não se sente protegido pela sua consciência, tudo nos leva a crer que, efectivamente, as palavras de S. Ex.^{ta}, localizadas em Coimbra, se referem aos cog

testadores do progresso e não aos contestadores das sociedades industriais desenvolvidas que Portugal ignora.

"Por isso é necessário que o público se não iluda e mantenha lúcido o senso comum".

Quem provocou, quem promoveu e suscitou as "desordens" não foi a Academia de Coimbra, que com flores ou com balões, com civismo ou inteligência soube evitar a Coimbra o risco das confrontações directas entre as forças repressivas e a grande maioria dos estudantes, que sentia com revolta amargura e impotência revoltante, toda a injustiça de uma situação.

Quem provocou e suscitou desordens foram os que, à linguagem de diálogo motivo responderam com o empunhar de pistolas, os que à linguagem de solidariedade responderam com o escárnio do desprezo egoístico, que ao companheirismo de classe responderam com o companheirismo policial, que à discussão leal de homem para homem responderam com a denúncia e a entrega à polícia. Estes é que praticaram a pior das violências, a violência ética no desprestigiar de sentimentos que garantem a moral mínima com base na qual se pode definir um verdadeiro HOMEM.

Em seu auxílio e, inexplicavelmente sob o ponto de vista político, jurídico e moral, veio a violência policial. E não só em seu auxílio mas também em auxílio da leis que, em si mesmas são violentas.

Com efeito, repetimo-lo, é bom que a opinião pública não se iluda ...

Em primeiro lugar a força pública não estava ao serviço da colectividade mas, pelo contrário, bem contra ela na medida em que servia uma minoria bem pouca digna e merecedora de protecção.

Em segundo lugar, se é certo que a força pública tem por missão repôr a legalidade, tal não exclui, necessariamente, que, ao repô-la, ela pratique actos violentos.

Com efeito, basta que a legalidade que as forças públicas actuam seja, em si mesma, violenta. A História tornará mais clara esta ideia: as forças públicas que, ao serviço do Hitler, repunham a legalidade do III Reich, restabelecendo a "sua ordem" e a "sua segurança" ao reporem toda uma legislação injusta e violenta praticavam, necessariamente, violências contra o direito e a moral dos povos.

Cremos que neste ponto o Prof. Marcello Caetano esqueceu, momentaneamente, os seus vastos conhecimentos de leis pela necessidade em que se encontrava de justificar aos olhos do público toda uma actuação policial que, em Coimbra, se desmistificou e se revelou francamente injustificada. A não ser que o Prof. Marcello Caetano, na aulinca de um Conselho de Ministros, não quisesse sequer aflorar o problema da violência legislativa. A juventude portuguesa, porém, não podia esquecer este ponto impressionada como está com a violência de um decreto que torna a incorporação militar dependente do comportamento escolar, violência essa que se revela, desde logo, no facto de à sua elaboração ter sido estranha a consulta nacional como também no facto pôr em crise os valores éticos que justificam o serviço militar obrigatório. Ocorre-nos, por isso, perguntar:

Será que os que não servem às autoridades académicas servem para glória da Pátria?

A justiça que nos é negada pelo Ministro da Educação Nacional é-nos feita pelo Ministro do Exército. Com efeito, aqueles que um dia atreçaram não oforocem garantias de servir a Pátria e é preferível que continuem prisioneiros da Universidade Velha que permitiu que eles se desenvolvessem no seu seio.

Coimbra, 28 de Junho de 1969.

A DIRECÇÃO GERAL DA A.A.C.